

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO

Divulgação



Foram quatro vetos no texto original

Programa Animais Perdidos é criado em Petrópolis

O prefeito de Petrópolis, Hingo Hammes (PP), sancionou o projeto de lei 3782/2024 que cria o Programa Animais Perdidos na cidade, porém vetou parte do texto. Entre os vetos, está o parágrafo único que indicava que a prefeitura seria responsável pela divulgação, no site oficial, de fotos dos animais perdidos no município. O chefe do executivo

também vetou os artigos 4, 5 e 6, que determinavam que os recursos para viabilidade do programa seriam do município, além da regulamentação e da possibilidade de convênios. O Projeto de Lei tem o objetivo, ajudar tutores a encontrarem seus animais perdidos, facilitando a sua busca. As informações dos animais ficará disponível por 90 dias.

Comissão ampliada

A Câmara de Petrópolis ampliou o número de integrantes de uma das comissões permanentes. De acordo com o Diário Oficial (D.O) do legislativo, a Comissão de Constituição e Justiça e Redação agora conta com cinco integrantes. O vereador Wesley Barreto (PRD) per-

manece como presidente, assim como Octávio Sampaio (PL) como vice-presidente. A novidade é para a função de vogal, que além do vereador Marquinhos Almeida (PP), agora tem outros dois parlamentares, Dr. Aloísio Barbosa (PP) e Tiago Leite Guel (PSD).

Thiago Alvarez/CM



Novo prazo se estende até dia 30 de junho

Inscrições de projetos esportivos são prorrogadas

As inscrições para concessão de incentivos fiscais para o fomento ao esporte em Petrópolis foram prorrogadas e podem ser feitas até 30 de junho. Os cadastros devem ser feito no site da Prefeitura em: web2.petropolis.rj.gov.br/sel/incentivo-esporte/. Qualquer pessoa jurídica pode se inscrever. Os projetos serão avaliados por

uma Comissão Técnica de Aprovação de Projetos. Cada proponente poderá receber até R\$ 142.524,00. A contratação será 100% digital e simplificada. Após a conclusão do serviço, o pagamento será realizado via Pix, e toda a operação contará com relatórios automáticos para garantir a transparência e a prestação de contas.

Educação financeira

Para promover a educação financeira como ferramenta de transformação, o Sebrae Rio leva à Região Serrana a 12ª edição da Semana Nacional de Educação Financeira, a Semana ENEF. São várias ações gratuitas, que começaram nesta semana e incluem

palestras de Gilvan Bueno, nos dias 20 e 21 de maio, em Petrópolis e Teresópolis. O especialista levará orientações para transformar a vida financeira dos participantes. A Semana ENEF pretende fortalecer o desenvolvimento econômico local.

Convênio com DER

A Câmara Municipal de Petrópolis aprovou, uma Indicação Legislativa que propõe a celebração de convênio entre a Prefeitura e o DER-RJ (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro). A iniciativa visa fortalecer a infraestrutura viária da cidade

e beneficiar diretamente os distritos, o Centro Histórico e demais regiões. Criado pelo Decreto-Lei nº 693, de 11 de fevereiro de 1943, o DER-RJ é uma instituição com autonomia administrativa e vasta experiência na execução de obras rodoviárias em todo o estado.

Petrópolis terá que adequar plano de Saneamento Básico

Ação pede que a cidade cumpra novo Marco Legal de Saneamento

Arquivo TVC



Segundo a promotoria, o plano de saneamento da cidade precisa de revisão

Por Leandra Lima

Na última semana, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), ajuizou uma ação civil, contra a Prefeitura de Petrópolis, a Companhia Municipal de Desenvolvimento (Comdep) e a concessionária Águas do Imperador, para que os entes cumpram regras do novo ‘Marco Legal do Saneamento’, e revisem o contrato fechado entre as partes, referente ao serviço de água e esgoto, pois conforme análise do ministério, o mesmo está irregular, por não possuir metas específicas de universalização e regulação junto a uma agência reguladora infranacional.

Na ação, o MPRJ acompanha os desdobramentos da implementação de novas atualizações no ‘Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)’, em 2019, quando não houve uma revisão do projeto, que se mantém o mesmo desde da elaboração, em 29 de dezembro de 2014, foi instaurado um inquérito na 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Petrópolis, para apurar o não enquadramento das novas regras.

Adiado

Outro destaque são os constantes adiamentos da adequação, que conforme o documento, deveria ter acontecido em 2018, porém não houve medidas efetivas para mudança do quadro. Ainda de acordo com a ação civil, o município não respondia as recomendações do órgão, mas chegou a informar em 2024 que a contratação da empresa responsável pela revisão do PMSB estava em fase de elaboração e que a execução se daria no exercício de 2025, todavia o MPRJ ressaltou que a declaração da Prefeitura era mais uma forma de postergar a adaptação.

Sem resposta efetiva, foi pedido em agosto de 2024, que o Executivo esclarecesse o contrato com a concessionária Águas do Imperador, para ver se esse tinha sido adequado ao novo marco legal do saneamento. Quanto ao caso, a prefeitura havia informado que a COMDEP ficaria responsável por fiscalizar a subconcessionária Águas do Imperador e que a empresa estaria realizando

cadastro junto à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O que não ocorreu. “Não obstante o esforço retórico do Município, obviamente o contrato da empresa Águas do Imperador não foi adequado ao novo marco legal, já que não foram repactuadas as metas do novo marco do saneamento, nem há notícia sobre eventual reequilíbrio econômico financeiro do contrato e como esse reequilíbrio se daria. Além disso, o contrato não está regulado por agência reguladora infranacional”, trecho da petição.

Contrato

Em relação ao contrato a promotora do caso, Zilda Januzzi Veloso Beck, apontou que no o contrato inicial, disponível no portal da transparência da COMDEP, previa uma meta de atendimento de esgoto na ordem de 80%, e de água em 90%, no entanto, estabeleceu apenas as metas quantitativas de universalização e de forma genérica, mas nenhuma meta qualitativa, também não abordando a questão dos investimentos necessários e prazos e sobre o monitoramento e fiscalização. “Salienta-se, além do exposto, que ao longo do acompanhamento da política pública, surgiram diversas notícias denunciando os diversos problemas decorrentes da prestação ineficiente do serviço público de saneamento básico, o que certamente demonstra a ineficiência do serviço presta-

do”, diz trecho da ação.

Em uma outra estrofe o problema da fiscalização fica mais latente, podendo ressaltar que o município deixou passar questões que prejudicam a qualidade dos serviços. “Ora, a COMDEP é a concessionária, ao passo que a empresa Águas do Imperador a subconcessionária, logo, por uma questão ética e até de governança, não pode a concessionária fiscalizar o contrato da qual participa como interessada. Além disso, o Município é o maior acionista da empresa, logo, é evidente a ingerência política, que impede uma fiscalização isenta e transparente”.

Ação

Frente a ação, o município terá que promover a revisão do PMSB no prazo máximo de um ano; defina uma agência reguladora municipal, seguindo a agência reguladora estadual (Agenersa), no prazo de 30 dias; adequ e regule o contrato de prestação de serviços de água, com a concessionária, ao novo marco do saneamento com metas de universalização, também no prazo de 30 dias.

Resposta ao MPRJ

Diante dos apontamentos, a Prefeitura Municipal de Petrópolis informou que o processo de atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado originalmente em 2014, está em andamento. Segundo o Executivo, a revisão foi

Diretrizes do SUAS é debatida em Petrópolis

Divulgação



Encontro foi realizado durante o fim de semana

A Prefeitura de Petrópolis e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) realizaram neste sábado (17) a pré-conferência de Assistência Social, no Colégio Santa Catarina. O encontro teve como objetivo promover o diálogo com a população e preparar a sociedade civil para a 15ª Conferência Municipal, que ocorrerá nos dias 13 e 14 de junho, com foco nos 20 anos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Durante a programação, foram discutidos os cinco eixos que estruturam o debate nacional sobre a política de assistência social: universalização do acesso ao SUAS com equidade; inovação e valorização profissional; integração de benefícios e serviços; gestão democrática com transparência; e sustentabilidade financeira. A mediação das atividades foi conduzida por Nelma Azeredo, ex-presidente dos conselhos Nacional e Esta-

doval de Assistência Social. “O evento marca o início de um processo participativo fundamental para escutar as demandas da população e fortalecer nossa rede de assistência. É ouvindo os usuários e profissionais que conseguimos aprimorar os programas, os equipamentos e as ações sociais”, disse o prefeito Hingo Hammes.

A pré-conferência contou com a presença de trabalhadores da área, usuários dos servi-

ços e os novos desafios da nossa cidade e como trabalhar da melhor maneira para atender a população mais vulnerável”, afirmou a secretária de Assistência Social, Adriana Kreisher.

As propostas encaminhadas durante a pré-conferência serão consolidadas na conferência municipal de junho, que elegerá também os delegados responsáveis por representar o município nas etapas estadual e nacional. Os debates e deliberações seguirão o tema central “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”.

A palestrante e mediadora Nelma Azeredo destacou a importância do envolvimento direto da sociedade nesse processo. “A pré-conferência é um espaço essencial para refletir sobre as práticas em andamento, identificar lacunas e definir, junto com os cidadãos, quais caminhos o município deve seguir na formulação de suas políticas públicas”, concluiu.